

Atos Oficiais

LEI Nº 6.893, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Institui a Campanha Municipal “Vini Júnior” de Combate ao Racismo nos ginásios e arenas esportivas do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Professor Paulo Cesar Ferreira)

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica instituída a Campanha Municipal “VINI JÚNIOR” de Combate ao Racismo nos ginásios e arenas esportivas do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art.2º A política de que trata o art.1º desta Lei tem como objetivo o combate ao racismo nos ginásios e nas arenas esportivas, buscando transformá-los em espaços acolhedores para toda a comunidade esportiva.

Art.3º São ações da Política Municipal “Vini Jr” de Combate ao Racismo:

I - Torna-se obrigatório no âmbito das atividades esportivas realizadas em ginásios e arenas do município da Estância Turística de Ribeirão Pires:

- a)** A divulgação e a realização de campanhas educativas de combate ao racismo nos períodos de intervalo ou que antecedem os eventos esportivos ou culturais, preferencialmente veiculadas por meios de grande alcance, tais como telões, alto falantes, murais, telas, panfletos, outdoors etc;
- b)** A divulgação das políticas públicas voltadas para o atendimento às vítimas das condutas combatidas por esta Lei;
- c)** A interrupção da partida em andamento em caso de denúncia ou reconhecida manifestação de conduta racista por qualquer pessoa presente, sem prejuízo das sanções cíveis, penais e previstas no regulamento da competição e da legislação desportiva;
- d)** A instrução dos funcionários e prestadores de serviços sobre as condutas combatidas por esta Lei, e
- e)** A criação e ampla divulgação de medidas de acolhimento e auxílio disponibilizados ao denunciante vítima da conduta combatida por esta Lei.

II - Torna-se facultativo no âmbito das atividades esportivas realizadas em ginásios e arenas:

- a)** O encerramento total da partida em andamento em caso de conduta racista praticada conjuntamente por grupo de pessoas ou em caso de reincidência de reconhecida manifestação de conduta racista sem prejuízo das sanções previstas no regulamento da competição e da legislação desportiva.

Art. 4º Fica criado o “Protocolo de Combate ao Racismo” a ser realizado nos ginásios e arenas esportivas que seguirá o seguinte rito:

I – Qualquer cidadão poderá informar a qualquer autoridade presente no estádio acerca da conduta racista que tomar conhecimento.

a) São consideradas autoridades os policiais militares, bombeiros, guardas municipais, guardas patrimoniais ou qualquer funcionário da segurança do ginásio ou arena esportiva.

II – Ao tomar conhecimento a autoridade obrigatoriamente informará imediatamente ao organizador do evento e ao delegado da partida quando houver, e logo que for possível ao Ministério Público, à Defensoria Pública, e a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI).

III – O organizador do evento ou o delegado da partida solicitará ao árbitro ou ao mediador da partida a interrupção obrigatória de que trata a alínea c), do inciso I, do art. 3º desta Lei.

IV – A interrupção se dará pelo tempo que o organizador do evento ou o delegado da partida entender necessário e enquanto não cessarem as atitudes reconhecidamente racistas.

V - Após a interrupção e em caso da conduta racista praticada conjuntamente por torcedores ou de reincidência de conduta reconhecidamente racista, o organizador do evento esportivo ou o delegado da partida poderá informar ao árbitro ou mediador da partida quanto a decisão de exercer a faculdade de encerrar a partida nos moldes da alínea a), do inciso II, do art. 3º desta Lei.

Art.5º O planejamento, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, programas e ações para o esporte devem adotar as medidas necessárias para erradicar e reduzir as manifestações antiesportivas racistas, bem como a violência, a corrupção, a xenofobia, a homofobia, o sexíssimo e qualquer outra forma de discriminação.

Art.6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art.7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de setembro de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDERSON RODRIGUES GRECCO
Secretário de Juventude, Esportes e Lazer

Processo Administrativo nº 4352/2023-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

DECRETO Nº 7.432, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

Regulamenta a funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil com atendimento em Horário Integral e Parcial, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal, assim como o artigo 4º e artigos 29 a 31 da LDB, e por fim o artigo 54, inciso IV, do ECA,

DECRETA:

TÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA, DOS OBJETIVOS, DA ORGANIZAÇÃO Capítulo I – Da Caracterização da Clientela

Art.1º As Escolas Municipais que mantêm atendimento em creches, Jardim I e jardim II em horário integral e parcial, públicas, laicas e gratuitas - direito inerente da população e dever do Poder Público - estarão a serviços das necessidades e características de desenvolvimento de crianças de ambos os sexos, independente de raça, cor, credo religioso e político na faixa etária de 0 (zero) à 6 (seis) anos e 11 meses de idade, garantindo amamentação e a primeira infância, e entre 04 meses e 06 meses de idade, cumprindo duas funções complementares e indissociáveis: cuidar e educar, complementando os cuidados e a educação realizados pela família.

Capítulo II – Dos Objetivos

Art.2º As Escolas Municipais com atendimento em Horário Integral e Parcial, destinadas às crianças de 0 à 6 anos e 11 meses de idade, em creches e em escolas de Jardim I e Jardim II, têm por objetivo garantir aos educandos, ações que visem seu bem estar e ações pedagógicas que permitam o desenvolvimento global das crianças nas áreas físicas, emocionais, intelectuais, sociais e na área da amamentação.

Capítulo III – Da Organização e Funcionamento

Seção I – Do Horário de Funcionamento

Art.3º As Escolas Municipais de que trata o artigo 1º do presente decreto, terão seu funcionamento, preferencialmente, de segunda a sexta-feira das 07:00 às 18:00 horas (Creche e Jardim I) e das 08:00 as 12:00 horas ou 13:00 as 17:00 (Jardim I e Jardim II).

Seção II – Da composição de Turmas

Art.4º Os alunos serão agrupados por faixa etária e atendidos por Professor de Desenvolvimento Infantil e Professor A, conforme abaixo:

I – Berçário I ou sala multisseriada que atenderá de 0 (Zero) a 1 (um) ano e 11 meses de idade – 1 (um) Professor de Desenvolvimento Infantil para cada 07 (sete) alunos;

II – Berçário II ou sala multisseriada que atenderá de 1 (ano) a 02 anos e 11 meses de idade - 1 (um) Professor de Desenvolvimento Infantil para cada 07 (sete) alunos (a data corte será 31 de março);

III - Maternal I ou sala multisseriada que atenderá de 2 (dois) anos as crianças que completarão três anos de idade no corrente ano - 1 (um) Professor de Desenvolvimento Infantil para cada 07 (sete) alunos (data corte – 31 de março e a partir de abril);

IV - Maternal II ou sala multisseriada que atenderá de 3 (três) anos as crianças que completarão quatro anos de idade no ano corrente - 1 (um) Professor de Desenvolvimento Infantil para cada 15 (quinze) alunos (data corte - 31 de março e a partir de abril);

V – Jardim I que atenderá 04 anos - 01 (um) Professor A (data corte – 31 de março);

VI – Jardim II que atenderá 05 anos - 01 (um) Professor A (data corte – 31 de março);

Capítulo IV - Da Matrícula e Do Desligamento

Seção I - Do Cadastro

Art.5º As crianças cadastradas para o atendimento no período integral a que se refere o artigo 1º do presente decreto, serão classificadas para efetivação da matrícula de acordo com os seguintes critérios:

I – Residentes no Município;

II – Que se encontram em situação de risco social;

III – Menor renda per capita do núcleo familiar;

IV – Os pais trabalham fora do lar, e

V - Beneficiários do Bolsa família.

§1º Os filhos de funcionários da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, ficam dispensados da exigência do inciso I, do artigo 5º deste decreto.

§ 2º O cadastro será realizado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Requerimento preenchido no ato do cadastro, realizado na Secretaria Municipal de Educação (alunos que são definidos para Creche de 0 a 03 anos e 11 meses), requerimento preenchido no ato do cadastro, realizado na Escola que oferecer o Ensino Jardim I – Integral que respeite a data corte, requerimento de Jardim I e Jardim II - Período Parcial, nas Escolas Municipais de Educação com a idade de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos, que respeite a data corte;

II – Comprovante de Endereço (água, luz, telefone fixo, ou IPTU do imóvel);

III – Declaração de trabalho dos pais e responsáveis, com assinatura reconhecida em firma ou carteira de trabalho

registrada;

IV – Declaração de renda familiar, e

V - Cartão Bolsa família (se tiver).

Seção II – Da Matrícula

Art.6º A matrícula será efetuada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão de nascimento original;

II – Carteira de Vacinação atualizada;

III – Comprovação de trabalho dos pais ou responsáveis;

IV – Documento legal com foto de um dos pais ou responsáveis, e

V - Cartão SUS.

Parágrafo único. O órgão responsável pela matrícula providenciará a cópia dos documentos que integrarão o prontuário do aluno, se houver necessidade.

Seção III – Do Desligamento

Art.7º O desligamento do aluno dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

I – Por opção dos pais ou responsáveis;

II – Quando aluno completar a idade corte e não houver continuidade do segmento na Unidade Escolar;

III – Por mudança de município, e/ou

IV – Após o registro de 10 (dez) faltas consecutivas, sem justificativa familiar.

TÍTULO II – DA GESTÃO DA ESCOLA

Art.8º A gestão das Escolas, incluindo Conselho de Escola e Equipe Escolar está estabelecida no Regime Comum das Escolas Municipais.

Capítulo I – Da Equipe Escolar

Art.9º As competências, direitos e deveres dos profissionais da educação que atuam nas escolas municipais estão estabelecidos no Regimento Comum das Escolas Municipais.

Capítulo II – Dos Alunos e Da Família

Seção I – Dos Direitos

Art.10º Os direitos dos alunos derivam substancialmente dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, bem como dos que fixam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.

Seção II – Dos Deveres

Art.11º São deveres da família dos alunos:

I – Conhecer e cumprir o Regimento;

II – Levar a criança à consulta médica quando solicitado pela unidade escolar por apresentar alguma patologia, ou for encaminhado pelo profissional da rede, e providenciar atestado médico para justificar as faltas;

III – Contribuir em sua esfera de atuação com a gestão da Escola, através do Conselho de Escola;

IV – Cumprir os horários de entrada e saída da criança;

V – Comparecer na Escola e participar de reunião quando solicitado;

VI – Comunicar ocorrências com a criança que colaborem para o melhor atendimento a ela;

VII – Indicar sempre que possível uma pessoa, maior de 18 (dezoito) anos que possa responsabilizar-se por ela, na ausência dos pais ou responsáveis legais, e

VIII – Justificar as ausências dos alunos evitando o disposto no artigo 7º, inciso IV.

Art.12º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.758, de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 20 de setembro de 2023, 309ª ano de fundação do 69ª da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

ROSI RIBEIRO DE MARCO

Secretária de Educação e Cultura

Processo Administrativo nº 1590/2013 – PMRP

Publicado no órgão da Imprensa Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO: A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 11/10/2023 às **17:30 horas na Rua João Duarte nº 56, Centro– Ribeirão Pires / SP**, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 83, 84 e 85/2023. Ribeirão Pires, 10 de outubro de 2023. Nélío José da Silva- **PRESIDENTE DA JARI**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convocamos por este Edital os membros do Fundo de Apoio a Pessoa Idosa (FAPI), para a **Reunião Extraordinária** que realizar-se a no dia **17/10/2023 as 10h00min**, na sede situada na Rua Conde de Sarzedas, 333, Jardim Pastoril, Ribeirão Pires /SP, para deliberação quanto a aprovação do Regimento Interno de acordo art. 6º, IX da Lei Municipal 4.713 de 26/09/2003. Ribeirão Pires, 11 de outubro de 2023.

Adilson Miguel
Presidente Fundo de Apoio a Pessoa Idosa

Eric Marques Regadas
Tesoureiro Fundo de Apoio a Pessoa Idosa

Valter Antonio da Silva
Secretário Fundo de Apoio a Pessoa Idosa

Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 16/10/2023 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

MATRÍCULA	NOME
10708.1	ARLENE COUTINHO CARVALHO
13564.1	EDI GOMES DA SILVA RIBEIRO
10287.1	EDVANIA DE LIMA ALVES
9506.4	ELISANGELA SOARES CUBAS LINS
14082.1	GILBERTO JOSE DE ALMEIDA
9773.1	MARIA SONIA DE ARAUJO
3011.1	MARILUCE APARECIDA BANHARA DE SOUZA
13229.1	REGINALDO DE SALES VIEIRA
14332.1	ROSANGELA AZANHA MOREIRA
10758.1	SANDRO EDUARDO OLIVEIRA TAVARES
6191.4	VANESSA RAMOS DOS SANTOS SILVA
9950.1	VIRGINIA LANE NOBREGA

Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 18/10/2023 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

MATRÍCULA	NOME
5789.1	CRISTIANE PEREIRA MASCARENHAS
5166.1	DERIVALDO ALVES DE SOUZA
4656.1	ELIZABETE TORRES FERNANDES

10361	GISLAINE FERREIRA QUINALIA
8790.1	KARLA FERREIRA GONZAGA DE SOUZA VASTA
14353.1	LENI DE CASSIA LUCAS CASAL SILVA